

Líder diz que PMDB pode ir à Justiça contra Sául

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, acusou o consultor-geral da República, Sául Ramos, de querer tumultuar os trabalhos legislativos ao anunciar que diversos dispositivos da nova Constituição, entre os quais o habeas data, não são auto-aplicáveis, ou seja, não podem vigorar sem lei de regulamentação. "Como Sául Ramos", continuou, "faz parte da assessoria do presidente da República, este deve tomar providências sob pena de ser conivente com procedimentos que não se coadunam com o juramento que vai fazer de respeitar a Carta."

Jobim confirmou que o PMDB está acompanhando as sucessivas entrevistas e pareceres de Sául sobre a nova Constituição para, eventualmente, fazer uma representação judicial contra ele. "Não se pode permitir", disse, "que órgãos do Executivo, como a Consultoria-Geral da República, neguem a vigência da futura Constituição. Dia 5, o presidente Sarney vai jurar respeitá-la, e seus subalternos não podem ir contra o juramento. Esses pareceres da Consultoria só têm eficácia interna, não possuem força de lei."

Confusão — O inciso LXXII, do artigo 5º da nova Constituição, diz em suas letras "a" e "b" que o habeas data servirá "para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impenetrante constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público", e "para a retificação de dados,

quando não se preferir fazê-lo por processo sigiloso, judicial e administrativo."

Segundo Jobim, o consultor-geral confundiu deliberadamente essas determinações com o inciso XXXIII, também do artigo 5º, que determina: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

O deputado acentuou que no dia 6 de outubro, promulgada a Constituição, qualquer pessoa poderá requerer ao SNI, por exemplo, cópia de todas as informações que sobre ela existam ali. No entanto, se um cientista quiser saber do SNI informações sobre o desenvolvimento, por exemplo, do programa nuclear, vai ter que esperar a regulamentação do inciso XXXIII que, para Jobim, nada tem a ver com o habeas data.

Ele considerou ainda "uma manobra competente de Sául" o decreto que criou a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). Na opinião dele, o decreto só teve um objetivo: prorrogar, sob outro nome, a utilidade e os poderes amplos do Conselho de Segurança Nacional, extinto pelos constituintes. No entanto, o Congresso terá de votar uma lei complementar regulamentando a Saden. "Quando fizermos isso, esse órgão poderá ou não ser extinto" — salientou o parlamentar.

Sinos festejarão nova Carta

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o ceremonial do Congresso capricharam, e não faltará pompa na promulgação da nova Constituição, no próximo dia 5. Quando Ulysses anunciar que a nova Carta está em vigor, haverá repique de sinos nas igrejas de todo o país (como foi pedido por ele mesmo ao presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida), salvas de 21

tiros em frente ao Congresso e os aplausos de 36 delegações estrangeiras especialmente convidadas.

Na sexta-feira começou a faxina no prédio, gramados e calçadas do Congresso. Só um item do programa foi cancelado: não haverá mais a distribuição das medalhas de ouro, prata e bronze e dos diplomas comemorativos da promulgação.

O dia da promulgação

9h — O cardeal de Brasília, D. José Freire Falcão, e o pastor evangélico Josiel Nunes Gomes celebram culto ecumônico no gramado da Esplanada dos Ministérios, diante do Itamaraty.

10h30 — O deputado Ulysses Guimarães recebe os cumprimentos das delegações estrangeiras no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

15h — O presidente José Sarney, Ulysses e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, passam em revista as tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica, que estarão formadas no gramado diante do Congresso. No hall do Salão Negro, os três serão recebidos pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, e pelos membros das Mesas da Constituinte, Câmara e Senado, mais o relator Bernardo Cabral. Sarney e Mayer serão depois levados ao Salão Nobre do Senado.

15h30 — Ulysses instala a última sessão da Constituinte e nomeia uma comissão de líderes para acompanhar Sarney e Mayer até a mesa dos trabalhos. Depois de anunciar que a sessão se destina a promulgar a nova Constituição, Ulysses determinará a execução do Hino Nacional por uma banda militar que estará nas galerias. Em seguida, o presidente da Constituinte assinará originais da Constituição e a declarará promulgada. Sarney, Mayer e Lucena receberão um exemplar da nova Carta. Os demais originais ficarão com a Câmara e o Arquivo Nacional.

15h45 — Quando Ulysses anuncia a promulgação por volta das 15h45min, haverá salvas de 21 tiros. Os sinos de todas as igrejas do Brasil repicarão. O passo seguinte será a prestação do juramento de todos os parlamentares à nova Constituição. Sarney e o presidente do STF repetirão logo depois esse juramento.

Só haverá três discursos na cerimônia. Em nome dos constituintes, falará o senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), que presidiu a Comissão de Sistematização. Em nome das delegações estrangeiras, falará o presidente da Assembléia da República de Portugal, Victor Crespo. O discurso de Ulysses encerrará a sessão e declarará dissolvida a Constituinte.

16h45 — No Salão Negro, Ulysses, Sarney e Mayer lançam o selo comemorativo da promulgação da Constituição. Ao final, será servido um coquetel.

20h30 — Ulysses oferece jantar às delegações estrangeiras, governadores, presidentes de assembleias legislativas e líderes partidários na Constituinte, no restaurante do 10º andar do Anexo IV da Câmara.

Ulysses cobrará respeito

partidárias. Onde não ocorreu essa identificação, haverá as críticas necessárias".

Como exemplo, ele disse que espera para breve uma declaração de Ulysses contra a política industrial do governo Sarney e as ZPEs.

Campanha — Para o ex-ministro, o fato de só agora Ulysses começar a fazer críticas ao governo Sarney tem explicação: por motivos táticos, o deputado preferiu se concentrar no preparo da nova Constituição.

Amanhã, Ulysses estará em Porto Alegre — juntamente com o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral; e o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim — para ser homenageado pela OAB. No dia 7, ele começará sua campanha eleitoral em Goiânia.

O resto do programa já determinado é o seguinte: dia 8 de manhã, Ulysses visita Campinas, onde será recebido pelo governador Orestes Quérula, e fará a campanha do deputado Manoel Moreira, candidato a prefeito. Depois, segue para São Paulo onde receberá homenagem do partido. Em seguida, viaja para Campo Grande e Cuiabá. No dia 9, o presidente do PMDB estará em Natal; dia 10, Boavista e Manaus; dia 11, Porto Velho; dia 12, Macapá, e Belém.

No dia 14, Ulysses assume a Presidência da República — Sarney vai à União Soviética — e só retoma a campanha a 3 de novembro, percorrendo o Nordeste.

O presidente José Sarney autorizou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, a desmentir as notícias publicadas pela imprensa de que o governo estaria empenhado em executar manobras contra a nova Constituição, regulamentando, através de decretos, alguns dispositivos considerados polêmicos, como o habeas data, o mandado de injunção e a limitação das taxas dos juros reais. Sarney, na realidade, tentou minimizar as declarações dadas três dias antes pelo consultor-geral da República, Sául Ramos, anunciando a intenção do governo de driblar alguns itens da nova Carta.